

ANALISTA DE GESTÃO CORPORATIVA FINANÇAS E ORÇAMENTO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01- O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o tema da Redação e 60 questões objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Conhecimentos Básicos				Conhecimentos Específicos	
Língua Portuguesa		Noções de Administração Pública		Questões	Pontuação
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação		
1 a 10	2,5 ponto cada	11 a 20	1,5 ponto cada	21 a 60	1,5 ponto cada
Total: 25,0 pontos		Total: 15,0 pontos		Total: 60,0 pontos	
Total: 100,0 pontos					

b) um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado à marcação das respostas das questões objetivas formuladas nas provas cujo verso é a página para desenvolvimento da Redação, que vale até 50,0 pontos, o qual é denominado **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO** somente poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**;

c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, quando terminar o tempo estabelecido;

d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**.

Obs: Iniciadas as provas, o candidato só poderá retirar-se da sala após decorrida **1 (uma) hora** do efetivo início das mesmas e não poderá levar o **CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - O **TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DE REDAÇÃO É DE 4 (QUATRO) HORAS**, incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

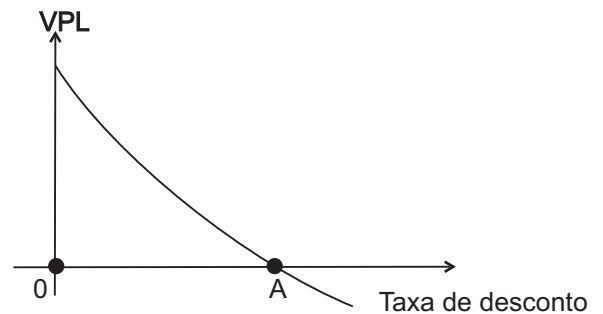
Há várias funções clássicas do administrador financeiro de uma empresa.

NÃO constitui uma dessas funções a(o)

- (A) elaboração do orçamento de capital
- (B) gestão da cobrança aos clientes
- (C) gestão do pagamento aos fornecedores
- (D) gestão da manutenção do ativo fixo
- (E) relacionamento com os bancos

22

A Figura abaixo apresenta a variação do Valor Presente Líquido (VPL) de um projeto de investimento com a taxa de desconto usada para calculá-lo.



Nessa Figura, o segmento de reta OA representa o(a)

- (A) custo de capital para a empresa investidora
- (B) valor presente líquido do projeto
- (C) período de retorno do capital investido no projeto
- (D) taxa de juros vigente no mercado financeiro
- (E) taxa interna de retorno do projeto

23

O fluxo financeiro de um projeto de investimento é composto de um gasto inicial seguido de uma série de recebimentos e tem Valor Presente Líquido (VPL) positivo calculado à taxa de desconto adequada R. Para a avaliação do risco do projeto, uma análise de sensibilidade é conduzida supondo que todos os recebimentos diminuam 5%, sem haver alteração no gasto inicial nem no custo de capital para o empreendimento.

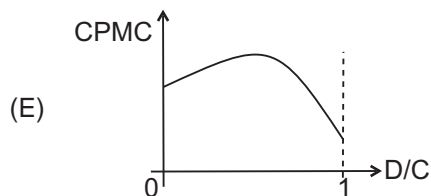
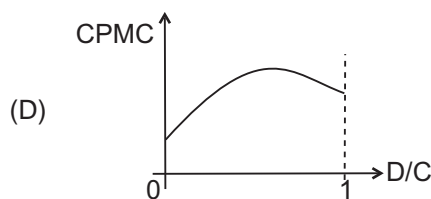
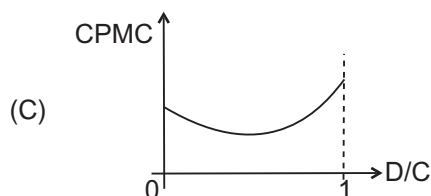
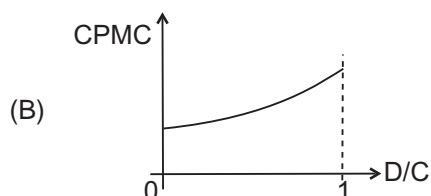
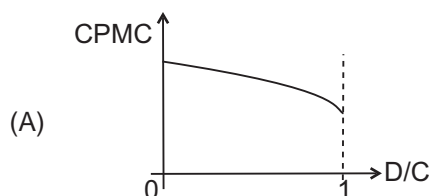
Com esses novos valores financeiros, o (a)

- (A) VPL do projeto calculado à taxa R diminui mais do que 5%.
- (B) período de retorno do capital Investido diminui 5%.
- (C) taxa interna de retorno do projeto não se altera.
- (D) taxa interna de retorno do projeto aumenta 5%.
- (E) taxa de desconto R para cálculo do VPL diminui 5%.

24

Os dirigentes de uma empresa desejam determinar o grau ótimo de alavancagem financeira e consideram alguns gráficos que mostram a relação do custo médio ponderado de capital (CMPC) em função da participação de terceiros nos recursos de longo prazo da empresa (D/C).

A alavancagem ótima implicará o uso, tanto de recursos de terceiros quanto de recursos próprios, se o gráfico considerado for



25

Segundo a teoria desenvolvida por Franco Modigliani e Merton Miller, em uma situação sem impostos, de mercados completos perfeitamente competitivos e sem externalidades, o valor de uma empresa no mercado depende apenas da qualidade e quantidade de seus ativos (investimentos), e não da forma pela qual são financiados. Nessa situação, para uma empresa, o custo médio ponderado de capital

- (A) aumenta com o seu grau de alavancagem financeira.
- (B) independe do seu grau de alavancagem financeira.
- (C) independe do setor da economia onde atua.
- (D) independe da qualidade dos seus ativos.
- (E) diminui com seu grau de alavancagem operacional.

26

Uma empresa vai ser constituída para realizar um projeto de investimento cuja taxa de retorno esperada é de 10% ao ano. A estrutura do capital da empresa será tal que uma dívida de longo prazo, à taxa de juros de 5% ao ano, será a origem de 2/3 dos recursos necessários. O 1/3 restante será proveniente de capital próprio.

Supondo que não haja impostos, a taxa anual de retorno esperada sobre o capital próprio é de

- (A) 5%
- (B) 10%
- (C) 15%
- (D) 20%
- (E) 25%

27

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma importante fonte de financiamento a longo prazo no Brasil. Os juros que ele cobra costumam compor-se de um custo financeiro básico, ao qual se adicionam taxas como as de remuneração do BNDES e de risco de crédito. O custo financeiro básico, em muitos casos, é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a qual atualmente é

- (A) fixada periodicamente nas reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central.
- (B) fixada periodicamente pelo Conselho Monetário Nacional.
- (C) calculada pela média do custo do crédito ao consumidor no mercado bancário brasileiro.
- (D) calculada pela média do custo de crédito às empresas no mercado bancário brasileiro.
- (E) calculada pela média da inflação (IPCA) do trimestre anterior acrescida de 0,25% ao trimestre.

28

Ao operar certa linha de produção, uma empresa paga pelas matérias-primas compradas 15 dias após começar a usá-las no seu processo produtivo. Esse processo dura 5 dias, e o período de estocagem dos produtos acabados, até sua venda, é de 10 dias. Um mês após a venda a empresa recebe o pagamento.

Se a empresa conseguisse reduzir o prazo para recebimento de um mês para 15 dias, ela reduziria seu ciclo de caixa nessa linha de produção de

- (A) 1 mês para 15 dias
- (B) 1 mês para 10 dias
- (C) 2 meses para 45 dias
- (D) 2 meses para 1 mês
- (E) 45 dias para 1 mês

29

Um projeto de investimento vai ser realizado por certa empresa X, a qual tem muitas outras atividades. Para o novo projeto, X solicita um financiamento bancário na modalidade *Project Finance*, e para a execução do projeto será constituída uma Sociedade de Propósito Especial (SPE). Observe as afirmações a seguir concernentes à operação financeira em questão.

- I – O financiamento bancário será concedido à SPE constituída.
- II – A empresa X capitalizará a SPE constituída.
- III – As garantias ao banco financiador serão primordialmente feitas pela SPE constituída, baseadas no seu capital e no fluxo financeiro do projeto.
- IV – A SPE constituída não pode ser uma Sociedade Anônima.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas
- (B) II e IV, apenas
- (C) III e IV, apenas
- (D) I, II e III, apenas
- (E) I, II, III e IV

30

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) faz parte do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e se responsabiliza pela

- (A) fixação da taxa de juros dos depósitos por um dia entre as instituições financeiras (depósitos interfinanceiros – DI).
- (B) liquidação de negociações e custódia de títulos públicos federais.
- (C) liquidação de negociações e custódia de ações negociadas nas bolsas de valores.
- (D) regulamentação das instituições financeiras monetárias com recursos líquidos.
- (E) operação do mercado de divisas internacionais no Brasil.

31

Sob o ponto de vista objetivo, o orçamento público abrange um conjunto de normas relativas à sua preparação, aprovação legislativa, execução e controle. Desde o seu surgimento, o orçamento público apresentou diferentes características que retratam o seu processo evolutivo.

A elaboração com foco nos resultados e sem vinculação direta com o planejamento governamental é a principal característica do orçamento

- (A) base-zero
- (B) por desempenho
- (C) programa
- (D) participativo
- (E) tradicional

32

A elaboração da proposta orçamentária e a execução do orçamento aprovado cabem a pessoas especificamente designadas e chamadas de agentes públicos. Existem diferentes categorias de agentes públicos, de acordo com a extensão e as peculiaridades das funções que desempenham.

Aqueles que são investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais são os agentes

- (A) políticos
- (B) delegados
- (C) honoríficos
- (D) comissionados
- (E) administrativos

33

De acordo com os conceitos e categorias de receitas previstas na Lei nº 4.320/1964, constituem receitas orçamentárias os recursos provenientes de

- (A) cauções
- (B) depósitos em garantia
- (C) emissões de papel-moeda
- (D) compensações financeiras
- (E) operações de crédito por antecipação da receita

34

A realização da receita orçamentária se dá em estágios, caracterizados por fatos e procedimentos que dão objetividade aos registros contábeis.

O momento a partir do qual os valores estão efetivamente disponíveis para o ente público caracteriza o estágio da(o)

- (A) arrecadação
- (B) liquidação
- (C) lançamento
- (D) pagamento
- (E) recolhimento

35

Em um dado exercício, um determinado órgão teve créditos orçamentários aprovados para aquisição de bens, materiais e serviços com o seguinte detalhamento:

Item	Valor	Item	Valor
Computadores	5.000,00	Seguro para veículos	3.000,00
Impressoras	3.000,00	Serviço de limpeza e vigilância	18.000,00
Material de expediente	12.000,00	Livros	3.500,00
Mobiliário (estantes, mesas e cadeiras)	25.000,00	Aparelho de ar condicionado	2.500,00
Diárias	10.000,00	Pen-drives	500,00
Passagens aéreas	15.000,00	Frigobar	1.000,00
Veículos	70.000,00	Forno de Micro-ondas	500,00
Combustível	8.000,00	Serviços de Telefonia e Internet	3.000,00

Em relação ao total dos créditos aprovados, os montantes das despesas correntes e das despesas de capital representam, respectivamente,

- (A) 40,3% e 59,7%
- (B) 40,6% e 59,4%
- (C) 38,3% e 61,7%
- (D) 40,8% e 59,2%
- (E) 39,7% e 60,3%

As informações a seguir devem ser usadas para responder às questões de nºs 36 e 37.

Em um dado exercício, ao final do primeiro semestre, a prefeitura de um município brasileiro reavaliou as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual e detectou a necessidade de abertura de créditos adicionais para despesas não incluídas no orçamento. Os seguintes dados contábeis foram disponibilizados (valores em reais):

Superavit financeiro do exercício anterior	7.800,00
Receita estimada para o semestre	57.500,00
Receita arrecadada no semestre	63.800,00
Previsão de queda na arrecadação no segundo semestre	2.500,00
Crédito especial do exercício anterior reaberto no exercício	4.700,00
Crédito extraordinário aberto no exercício	1.400,00
Dotações anuláveis	6.200,00
Operação de crédito autorizada para novas despesas	10.000,00

36

Com base nos dados apresentados e nas definições de créditos adicionais da Lei nº 4.320/1964, os valores utilizáveis do *superavit* financeiro e do excesso de arrecadação, para fins de abertura de créditos adicionais, são, respectivamente,

- (A) 7.800,00 e 6.300,00
- (B) 7.800,00 e 2.400,00
- (C) 6.400,00 e 3.800,00
- (D) 3.100,00 e 2.400,00
- (E) 1.700,00 e 3.800,00

37

Com base nos dados apresentados e nas definições de créditos adicionais da Lei nº 4.320/1964, o valor total disponível para abertura de créditos adicionais é

- (A) 14.000,00
- (B) 15.500,00
- (C) 17.900,00
- (D) 20.200,00
- (E) 21.700,00

38

Em determinado município brasileiro, o prefeito Y é eleito no ano de 2012 para um mandato de quatro anos. Assim como a União e os Estados, os municípios têm de elaborar o Plano Plurianual (PPA).

Considerando as informações dadas e as normas e prazos para elaboração do PPA dispostos na Constituição Federal,

- (A) o município é governado pelo prefeito Y no período de 2012-2015.
- (B) o PPA do município, elaborado pelo prefeito Y, tem o período de 2013-2016.
- (C) o orçamento do primeiro ano de mandato obedece às definições do PPA elaborado pelo prefeito anterior.
- (D) o prefeito Y não executa o último ano de mandato, que fica sob responsabilidade do seu sucessor.
- (E) todas as leis de diretrizes orçamentárias do mandato do prefeito Y são orientadas pelo PPA elaborado em sua gestão.

39

Os créditos orçamentários transferidos de um Ministério para outro Ministério, integrante da mesma esfera de governo, conceitualmente representam um(a)

- (A) destaque
- (B) provisão
- (C) dotação
- (D) descentralização interna
- (E) transferência voluntária

As informações a seguir devem ser usadas para responder às questões de nºs 40 e 41.

Em um determinado exercício, uma despesa fixada em R\$ 50.000,00 foi 90% empenhada, 80% liquidada e 90% paga.

40

Naquele exercício, o desembolso financeiro efetivo relativo a essa despesa foi de

- (A) 45.000,00
- (B) 40.500,00
- (C) 40.000,00
- (D) 36.000,00
- (E) 32.400,00

41

O total inscrito em restos a pagar ao final do exercício será de

- (A) 12.600,00
- (B) 9.500,00
- (C) 9.000,00
- (D) 5.000,00
- (E) 3.600,00

42

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. O suprimento de fundos poderá ser utilizado para atender a diversos casos.

NÃO constitui um desses casos as despesas

- (A) em viagem e com serviços especiais que exijam pronto pagamento
- (B) eventuais que exijam pronto pagamento
- (C) extraordinárias e urgentes
- (D) de caráter sigiloso
- (E) de pequeno vulto

43

Na organização da Administração Pública no Brasil, possuem autonomia política as(os)

- (A) empresas públicas
- (B) fundações
- (C) autarquias
- (D) municípios
- (E) sociedades de economia mista

44

Os órgãos da Administração Pública atendem a sucessivos governos dos mais variados matizes políticos. Essa circunstância não afeta os órgãos administrativos dada a sua característica de

- (A) neutralidade
- (B) parcialidade
- (C) honestidade
- (D) validade
- (E) entidade

45

Uma das características das entidades paraestatais consiste na sua criação por

- (A) decreto
- (B) lei
- (C) instrução normativa
- (D) estatuto
- (E) aviso

46

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal o resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o

- (A) primeiro dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais
- (B) terceiro dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais
- (C) quinto dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais
- (D) oitavo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais
- (E) décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais

47

A autarquia criada pelo ente público para prestar determinados serviços tem como característica a sua

- (A) vinculação
- (B) dependência
- (C) autonomia
- (D) organização
- (E) funcionalidade

48

Na Administração Pública brasileira existem os denominados órgãos primários. Nessa categoria podem ser alocados os

- (A) provisionadores
- (B) departamentos
- (C) inspetores
- (D) ministérios
- (E) tribunais

49

Quando a lei estabelece que as informações dos órgãos públicos devem estar disponíveis a todos mediante acesso facilitado, atende-se ao primado do princípio aplicável à Administração Pública que consiste na

- (A) proporcionalidade
- (B) impessoalidade
- (C) publicidade
- (D) razoabilidade
- (E) finalidade

50

Nos termos da Lei nº 4.320-1964, é considerada receita patrimonial a originária de:

- (A) alienação
- (B) dividendos
- (C) amortizações
- (D) operações de crédito
- (E) dívida ativa

51

De acordo com o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a criação de condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União visa a fortalecer este mecanismo de controle público.

Nesse contexto, **NÃO** é uma atribuição do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal

- (A) examinar a constituição dos mecanismos de controle social.
- (B) verificar a adequabilidade da operação dos mecanismos de controle social.
- (C) assegurar a representatividade dos agentes nos mecanismos de controle social.
- (D) analisar a efetividade e a independência dos agentes nos mecanismos de controle social.
- (E) avaliar os mecanismos de controle social previstos nos respectivos programas de governo.

52

Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias e dos direitos e haveres da União está entre as atribuições da(o)

- (A) Controladoria Geral da União
- (B) Secretaria do Tesouro Nacional
- (C) Senado Federal
- (D) Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal
- (E) Tribunal de Contas da União

53

Uma entidade da administração pública, em um dado exercício, recebeu recursos da União, mediante a celebração de um convênio e, ao final do prazo estipulado, a entidade entregou um relatório incompleto, sem a devida comprovação da aplicação desses recursos.

De acordo com o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tal situação enseja uma

- (A) tomada de contas ordinária
- (B) tomada de contas especial
- (C) tomada de contas extraordinária
- (D) prestação de contas especial
- (E) processo de contas extraordinário

54

A atividade que tem entre os seus objetivos verificar a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais, por unidades ou entidades públicas executoras de projetos celebrados com aqueles organismos, conforme o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, é denominada auditoria

- (A) contábil
- (B) de gestão
- (C) especial
- (D) externa
- (E) operacional

55

A opinião do auditor precisa estar fundamentada em fatos comprovados, evidências factuais e informações irrefutáveis. Considere um auditor que precisa certificar-se de (i) informações relativas a empréstimos contraídos pela entidade auditada, tais como: valores amortizados, atualização monetária e juros e (ii) precisão dos valores apresentados de equivalência patrimonial sobre os investimentos. Esse auditor deve recorrer, respectivamente, às técnicas de

- (A) conferência de cálculos e de exame da escrituração
- (B) circularização e de conferência de cálculos
- (C) circularização e de exame da escrituração
- (D) exame da escrituração e de inquérito
- (E) inquérito e de circularização

56

Durante um trabalho de auditoria, um auditor examinou um conjunto de instrumentos financeiros de uma entidade, para os quais não foram apresentadas as análises de riscos. O auditor considerou o fato relevante devido ao montante de recursos envolvidos, de forma que o desfecho das operações com instrumentos financeiros pode afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da entidade.

Como não houve certeza quanto ao desfecho das operações, o auditor deve emitir um parecer

- (A) adverso
- (B) com abstenção de opinião
- (C) com ressalvas
- (D) com ressalvas e com parágrafo de ênfase
- (E) sem ressalvas e com parágrafo de ênfase

57

A Instrução Normativa da Controladoria Geral da União nº 07/2006 dispõe que a apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna será efetuada por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, o qual conterá o relato sobre as atividades de auditoria interna do período.

NÃO integra(m) a estrutura desse relatório

- (A) a descrição das ações de auditoria interna realizadas pela entidade
- (B) o desenvolvimento institucional e a capacitação da auditoria interna
- (C) o relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade
- (D) as notificações emitidas em decorrência de não conformidades
- (E) os fatos relevantes de natureza organizacional com impacto sobre a auditoria interna

58

De acordo com a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, o instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão ou entidade federal da mesma natureza é o

- (A) convênio
- (B) contrato de repasse
- (C) termo de cooperação
- (D) termo de parceria
- (E) termo de referência

59

Nos termos da Portaria TCU nº 175/2013 e Decisão Normativa TCU nº 127/2013, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é uma unidade jurisdicionada que deve apresentar relatório de gestão do tipo

- (A) individual
- (B) integrado
- (C) agregado
- (D) consolidado
- (E) unificado

60

A Instrução Normativa TCU nº 71/2012 dispõe que, salvo determinação em contrário do Tribunal de Contas da União, fica dispensada a instauração da tomada de contas especial, nos casos em que

- (A) a avaliação do valor do dano for imprecisa.
- (B) a ocorrência do dano for comprovadamente alheia à vontade do responsável.
- (C) houver dificuldade de identificação dos responsáveis pelo dano.
- (D) houver transcorrido prazo superior a cinco anos entre a data de ocorrência do dano e a primeira notificação pela autoridade administrativa competente.
- (E) o valor do débito atualizado monetariamente for inferior a R\$ 75.000,00.

RASCUNHO